



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA COLONIAIS

A Mercadoria Esquecida do Comércio Atlântico: produção e circulação de cera de abelha no comércio sertanejo de Angola (fins do século XVIII a meados do século XIX)

The Atlantic Trade's Forgotten Commodity: production and circulation of beeswax in the Angola's internal commerce (from the end of 18th century to the mid-19th century)

Ivan Sicca Gonçalves; doutorando em História (UNICAMP); ivansiccag@gmail.com

RESUMO: Apesar do aparente desinteresse da historiografia do Império Português, a cera de abelha foi uma das principais mercadorias que circularam desde o início do processo da chamada formação do Mundo Atlântico. Alterando profundamente padrões de produção e consumo em várias áreas do império lusitano, a produção e exportação de cera na colônia de Angola se intensificou durante o século XVIII, tornando-se o segundo maior produto de exportação daquela colônia na virada do século e, logo após a proibição do tráfico escravista, tornando-se o principal. Essa comunicação focalizará na produção e circulação dessa mercadoria, em especial no circuito que levava a cera originária de territórios dos atuais Centro, Leste e Sudeste da atual Angola, territórios até então dominados por autoridades africanas autônomas, até o porto de Benguela, tentando compreender a importância e as transformações desse comércio durante o processo conhecido como passagem para o comércio lícito.

Palavras-chave: Atlântico Sul. Gêneros Coloniais. Angola Colonial. Comércio Africano. Cera de Abelha.

ABSTRACT: Despite the apparent disinterest by the Portuguese Empire's historiography, the beeswax was one of the main commodities that circulated since the beginning of the so-called formation of the Atlantic World. Changing profoundly the patterns of production and consumption in many areas of the Empire, the wax's production and exportation from Angola increased during the 18th century, becoming the second most important exported commodity of that colony until the end of the century and, after the legal prohibition of the transatlantic slave trade, becoming the main one. This paper will focus on the



production and circulation of this commodity, especially in the circuit that delivered the wax from the Center, East and Southeast of what is the nowadays Angola, to the Portuguese port of Benguela, trying to understand the importance and transformations of this commerce during the process known as the transition to legitimate commerce.

Keywords: South Atlantic. Colonial Genres. Colonial Angola. African Commerce. Beeswax.

Introdução

Mesmo que não se resume a ela, a história do Mundo Atlântico passa a existir a partir da formação dos impérios coloniais europeus na Idade Moderna. Com a expansão marítima e comercial europeia para vários pontos do Oceano a partir do século XV e o início da colonização das Américas no século XVI, pela primeira vez na história da humanidade houve alguma forma de integração direta entre as quatro margens desse Oceano, que passou a ser entendido como uma só formação geográfica e não mais como vários mares distintos (Games, 2006, p. 742–743). Para esse arranjo, foi inquestionável a importância do crescimento ao longo dos séculos das grandes colônias europeias nas Américas, produtoras de minérios como ouro e prata, além de produtos agrícolas como o açúcar, café, tabaco ou algodão.

Tão inquestionável quanto a importância das colônias nas Américas para a formação desse mundo atlântico, foi o lugar da África nesse sistema. As presenças europeias no continente se estabeleceram desde o século XV, em grande parte resumidas a feitorias litorâneas, pequenas colônias insulares ou, no caso de Angola, uma conquista territorial frágil e negociada – presenças geradas e mantidas com muita violência, mas sem um domínio inquestionável e inquestionado (Thornton, 2004). Mesmo que não se resumissem a tal, as bases europeias tinham como claro objetivo assegurar a continuidade e expansão da sua principal atividade econômica, a venda de cativos em quantidade crescente e sem paralelos na história mundial – exatamente para alimentar a demanda por mão de obra da colonização nas Américas. O resultado é bastante conhecido deste lado do Atlântico: ao longo dos quatro séculos de vigência do tráfico escravista, a cifra mais aceita atualmente pela historiografia é de cerca de 12,5 milhões



de homens e mulheres africanos cruelmente levados de seus territórios de origem para, na sua maioria, viverem até o fim de suas vidas como pessoas escravizadas nas diferentes colônias europeias, principalmente no Brasil, nas colônias do Caribe e nos atuais Estados Unidos (Eltis; Richardson, 2008).

No entanto, é sempre importante destacar que em nenhum momento dessa história o comércio atlântico com os povos africanos se resumiu ao tráfico de pessoas escravizadas (Thornton, 2004; Malacco; Gonçalves, 2020). Se ao longo da segunda metade do século XX passamos a compreender muito melhor o que aconteceu no tráfico – não só sobre as estimativas gerais, mas também sobre a composição de gênero e grupos etários das pessoas escravizadas, seus locais de origem e indicativos de suas identidades “étnicas”, os seus destinos e os navios pelos quais fizeram a travessia oceânica, além dos agentes europeus, americanos e africanos que foram protagonistas na sua captura, transporte e venda; o mesmo não pode se falar para outros setores do comércio atlântico. Como já foi apontado por Mariza de Carvalho Soares (2017, p. 61, 78), o crescimento dos estudos sobre o tráfico atlântico de escravos ofuscou o interesse historiográfico pelos estudos sobre o comércio de outras mercadorias e que podiam circular por outros circuitos regionais, perpetuando desconhecimento sobre agentes, rotas e regiões que não estavam diretamente ligadas às atividades escravistas. Essa consequência inclusive gerou uma produção que se destoou do interesse original das primeiras gerações de historiadores africanistas sobre as temáticas ligadas ao comércio, que viam o tema como potencial para compreensão de dinâmicas autônomas dos estados africanos no período pré-colonial (Vansina, 1966; Gray; Birmingham, 1970; Curtin, 1975; Lovejoy, 1980).

Soma-se a essa lacuna a reprodução de um velho mito eurocêntrico, que é o da irrelevância dos mercados consumidores africanos nos circuitos comerciais da Idade Moderna – que reproduzem imaginários referentes à pobreza e ao isolamento financeiro atual dessas regiões (Thornton, 2020, p. 8–10), ou, como recorrentemente foi colocado por leituras mais tradicionais sobre o tráfico, pela suposta tendência dos africanos integrados ao comércio atlântico de trocarem cativos por ninharias ou bugigangas (Araujo, 2022). Mesmo que importantes contribuições tenham sido feitas contra esse



tipo de ideia, mostrando os esforços dos agentes atlânticos para conseguir realizar a compra e circulação de produtos que serviam como moedas em mercados africanos, resultando inclusive na integração dos mercados africanos de escravos da costa atlântica com circuitos intercontinentais, o nível de compreensão sobre o consumo de tecidos, bebidas alcoólicas, tabaco ou armas de fogo na África Atlântica não tem paralelos com os avanços nos estudos do tráfico de escravos, mesmo que os dois processos muitas vezes tenham sido literalmente as duas faces do mesmo comércio (Hogendorn; Johnson, 1986; Kriger, 2017; Green, 2019; Ferreira, 2001; Curto, 2004; Macola, 2016; Lopes; Menz, 2019; Kobayashi, 2019; Santos, 2020).

Uma das consequências historiográficas dessas duas lacunas é o fato de não estar consolidado o entendimento sobre o devido lugar de certas práticas econômicas como caça, coleta, mineração e produção agrícola na África Atlântica antes da proibição do tráfico transatlântico. Esse tipo de incompreensão atrapalha o desenvolvimento da historiografia da chamada passagem do comércio lícito, processo no qual agentes africanos e europeus da África Atlântica, diante do combate ao comércio marítimo de pessoas, procuraram substituir seus ganhos comerciais com novos tipos de atividades econômicas. Para tentar manter os fluxos de mercadorias estrangeiras após o crescente combate à continuidade do tráfico, tais agentes até então envolvidos com a dita atividade tiveram que lidar com o desafio que ficou conhecido pelos historiadores como o da crise de adaptação (Law, 2007). Com a ausência de estudos sobre a produção e circulação desses produtos agrícolas, extrativos e minerais durante a vigência do tráfico, nem sempre ficou claro qual foi o lugar desse comércio pré-existente de gêneros de exportação para as medidas e ações de comerciantes e dirigentes africanos, assim como das experiências coloniais europeias de pequena escala, dificultando a mensuração dos termos dessa própria questão da crise de adaptação.

Esse é o caso do comércio de cera em Angola, principal colônia portuguesa no continente africano que, se juntarmos com o estuário do rio Kongo, foi a principal origem das pessoas escravizadas enviadas para as Américas (Eltis; Richardson, 2008, p. 46–47). Mesmo nessa grande operação colonial de séculos, claramente orientada para manter e expandir o tráfico de pessoas escravizadas, como veremos na sequência, no



final do século XVIII, com o tráfico a todo vapor, entre os produtos das exportações oficiais dos portugueses na região, em um distante segundo lugar, no entanto, estava a cera de abelha. Tal mercadoria era um produto cujas coleta e circulação eram feitas por lógicas muito particulares, ligadas a técnicas desenvolvidas principalmente em territórios de controle direto de chefias africanas.

Quando ocorreu a proibição legal do tráfico, por algumas décadas a cera inclusive se tornou formalmente o principal produto de exportação da colônia portuguesa, pelo menos pelas vias legais, ocorrendo um crescimento considerável de volume e valores da sua exportação. Junto com o marfim, esse produto das colmeias recebeu investimentos de traficantes e agentes comerciais intermediários em busca de diversificação dos ganhos diante dos riscos e eventual encerramento do tráfico ilegal, além de passarem a ampliar seus interesses para a posse e uso de terras para novas iniciativas agrícolas – dois processos cuja ligação nem sempre foi devidamente reconhecida pela historiografia (Wissenbach, 2011; Gonçalves, 2023). Tais investimentos no setor agrícola, apesar de terem tido resultados aparentemente pouco significativos nos primeiros momentos após a proibição do tráfico, com o passar das décadas resultaram na conversão da colônia em uma grande produtora agrícola ao longo da segunda metade do século XIX, principalmente de café, que se tornou o principal produto de exportação da região até a descoberta dos diamantes na região da Lunda, na primeira metade do século XX (Dias, 1998; Freudenthal, 2005; Ferreira, 2014; Oliveira, 2021).

A cera exportada em Angola vinha por dois principais circuitos. O primeiro deles era a partir do chamado corredor de presídios e distritos portugueses instalados nas margens do rio Kwanza, conectado ao porto de Luanda, capital da colônia. Tal área foi atravessada pelo mais intenso fluxo escravista da região durante o século XIX e nesse período era caracterizada por um controle negociado dos portugueses, concentrados nas proximidades de uma série de fortalezas, cercadas por território de pequenas chefias avassaladas e enfraquecidas pelos séculos de violência escravista e colonial (Vansina, 2005; Corrêa, 2019). Ocorrendo na região do entorno dessas fortalezas, os presídios, durante o século XIX a produção de cera transportada por esse



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

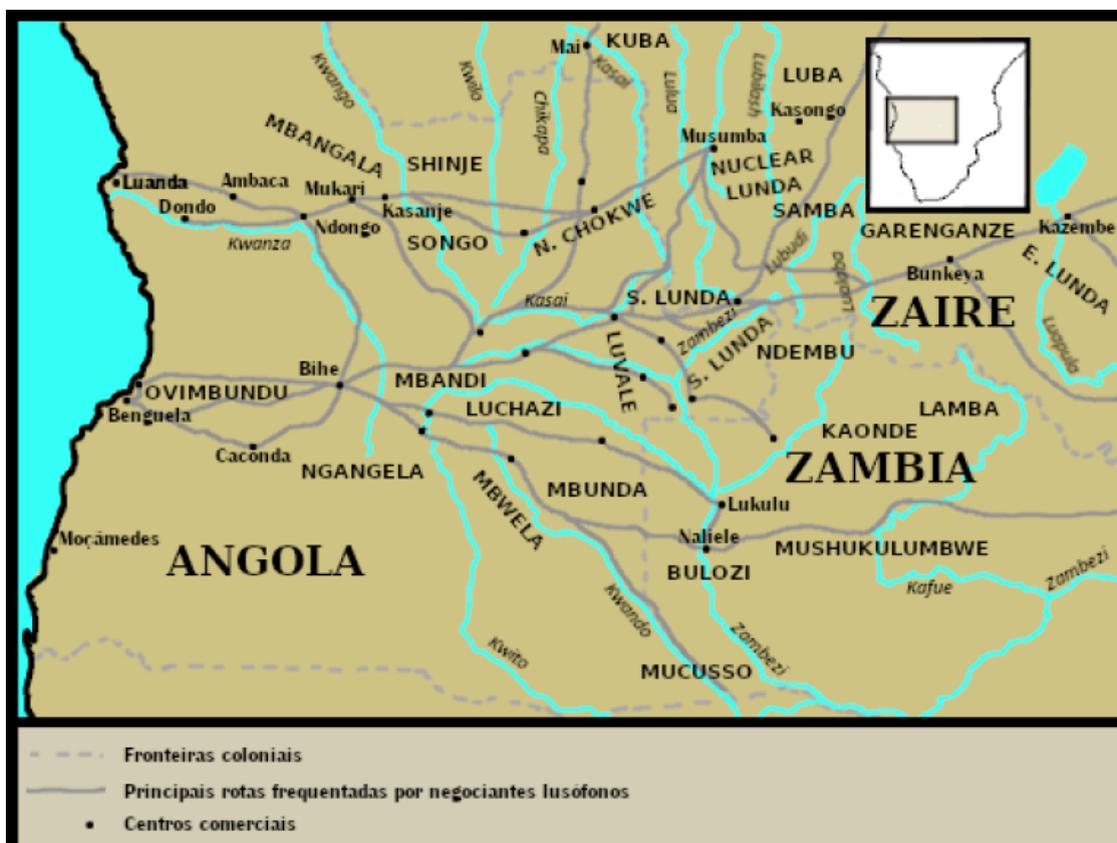


ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

circuito sofreu intenso crescimento, principalmente da proveniente dos territórios do Império Lunda, por iniciativa de grupos chokwe, descentralizados e crescentemente empoderados pela expansão do comércio lícito, que vão dominar a coleta da cera e a caça dos elefantes, e serão responsáveis por tirarem crescentemente a legitimidade das elites governantes dos lunda, acabando por protagonizar os embates políticos e militares que levaram ao próprio declínio do dito império na antessala da conquista europeia do interior (Miller, 1970; Oppen, 1994; Henriques, 1997; Dias, 2003).



Mapa 1 – As Rotas Comerciais do Interior de Angola, século XIX (com as fronteiras dos Estados atuais¹ tracejadas)



Adaptado de: OPPEN, Achim Von. *Terns of Trade and Terms of Trust: The history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai*. Münster: Lit Verlag, 1994, p. 470.

A outra região é a localizada a leste do Planalto Central de Angola, chamada de forma simplista por parte dos agentes da época (e pela historiografia) como Ganguelas – derivado de termo pejorativo e estigmatizante da língua umbundu (*ngangela*, que significaria não-pessoa), ligado ao fato dos povos dessa região serem caçados pelos povos do Planalto (no mapa indicados como “ovimbundu”) para a escravização. Entre os povos assim chamados estavam os ambwelas, luvalas, nyembas, mbundas, luchazis, entre outros. Apesar da ausência de unidade ou mesmo auto-identificação comum dos sujeitos residentes nessas distintas comunidades, o termo foi tomado como identidade étnica pelos antropólogos do colonialismo português do século XX, naturalizando essa

¹ Foram mantidos os nomes presentes na publicação original do dito livro, de 1994, razão pela qual a atual República Democrática do Congo está sendo chamada de “Zaire”, nome oficial do país até o ano de 1997.



categoria entre os estudiosos. Para evitar reproduzir esse termo, ao longo do presente texto essa região será referida enquanto “Leste de Angola”, mesmo considerando o anacronismo em potencial de com isso naturalizar as fronteiras da Angola do século XX, não esquecendo que estamos inclusive nos referindo a povos em territórios que hoje estão também dentro da Zâmbia. No que diz respeito ao comércio da cera produzida por esses povos, a ligação precoce da região central da atual Angola com o Alto Zambeze, levou a passar grande quantidade de caravanas por essas terras, de tamanhos sem precedentes, cuja parte de seus negócios passava por comprar localmente carregamentos de cera nas viagens de ida e volta entre as regiões mais distantes (Thornton, 2020, p. 312–350; Heintze, 2004, p. 280–281; Gonçalves, 2021, p. 179–252). Ao mesmo tempo, como será explorado na sequência, os próprios produtores do leste de Angola puderam, com a expansão da demanda colonial por cera, organizar pequenas caravanas que iam diretamente para Benguela, passando pelo Planalto.

É sobre esse segundo circuito, do leste de Angola, passando pelo Planalto Central, até o porto de Benguela, que esse texto se concentrará. No Planalto Central, ao contrário do vale do rio Kwanza, houve uma presença militar e política portuguesa bem mais frágil e dependente da aliança com grandes Estados africanos. Conflitos de interesses desses estados com a operação colonial do entorno de Benguela levou a interferência crescente dos portugueses no Planalto, que acabou resultando em expedições militares no início do último quartel do XVIII, nas quais foram impostos tratados de vassalagem aos soberanos africanos. Uma das principais consequências desses tratados é que eles forçavam a aceitação nessas terras do estabelecimento de comerciantes vindos da colônia, os chamados sertanejos, que se tornaram agentes fundamentais da integração do Planalto com a economia atlântica nesse período, que foi o de auge do tráfico escravista no Atlântico Sul (Miller, 1997; Thornton, 2020, p. 332–342). Nas décadas que seguiram, no entanto, essa subordinação formal dos Estados do Planalto com a coroa portuguesa se enfraqueceu, deixando pouco espaço para atuação política e militar portuguesa entre esses chefes que acabaram se fortalecendo com o envolvimento crescente no tráfico. Apesar disso, tal correlação de forças ainda mantinha posição de alto valor para atuação dos sertanejos, responsáveis por assegurar a



vinda de mercadorias atlânticas para a região, mesmo que esses tivessem que se adaptar e se aliar de acordo com as dinâmicas dos poderes locais. Diante da transformação na legalidade do tráfico, nos anos 1840, os investidores benguelenses desses sertanejos passaram a cobrar que estes trouxessem do interior principalmente marfim e cera, vindos das rotas africanas já existentes do Planalto até o Alto Zambeze, o que inclusive foram um dos motivos do grande interesse imperial na região em fins dos Setecentos (Santos, 1986, p. 75–79; Candido, 2008, 2013, p. 237–312; Thornton, 2020, p. 307–318; Gonçalves, 2021, p. 43–115; Oppen, 1994, p. 55–59).

Já se argumentou que o principal fator da fácil adaptação desse circuito do tráfico para o comércio lícito se deu, por um lado, por essa diversificação de investimentos dos traficantes, que não interromperam o contrabando escravista – mesmo que este possa ter mudado de circuitos, agentes locais e portos de desembarque –, mas buscaram, ao mesmo tempo, investir nos produtos vindos do interior pelas caravanas sertanejas, além de comprar terras para produção agrícola (Ferreira, 2012, 2014; Wissenbach, 2011; Oliveira, 2021; Candido, 2022). Para além do acesso ao crédito, principalmente estratégico na relação com os poderes políticos do interior, argumentou-se também ser fundamental para tal adaptação a continuidade do fluxo das mesmas mercadorias atlânticas do tráfico, que eram bastante demandadas no Planalto e a seu leste, principalmente os tecidos manufaturados e bebidas alcoólicas (Gonçalves, 2021, 2023; Curto, 2011, p. 69–70). Antes disso, Joseph Miller (1997, p. 38–39) fez breve menção à importância do comércio pré-existente de marfim e cera na região do Planalto durante os séculos XVII e XVIII para tal reconversão, sendo atividade complementar ao comércio de cativos, mas que ganhou importância crescente diante de crises conjunturais do fornecimento de escravos e tornou-se a principal atividade nessa conjuntura após a proibição do tráfico atlântico. É para lidar com essa hipótese que será desenvolvida essa comunicação, buscando aprofundar sobre as poucas informações que já foram levantadas sobre o comércio de cera vinda do Leste de Angola, e refletindo sobre a sua grande expansão ocorrida com a passagem para o comércio lícito, para assim refletir sobre a importância desse comércio de cera pré-existente para a reconversão da economia do Planalto Central em meados do século XIX.



Uma mercadoria Atlântica

A historiografia já fez breves considerações sobre o comércio de cera em Angola, majoritariamente para o período do século XIX, analisando a exportação de cera dentro do processo mais amplo da passagem para o comércio lícito, reconhecendo a existência dessa produção e circulação para o período do tráfico, mas em geral não se aprofundando nessa temática (Vellut, 1979; Oppen, 1994; Henriques, 1997, 2003; Dias, 1998). No entanto, com exceção de um artigo do final da década de 1970 escrito por Jean-Luc Vellut (1979), nenhum desses trabalhos deu foco ao comércio desse produto em específico, sem detalhar, portanto, sobre seus produtores, vendedores e consumidores, assim como seus diferentes usos, origens e valores². Comparativamente, pode ser feito um contraste interessante com o comércio de marfim, que boa parte desses estudos supracitados também trata, e que recebeu atenção recente de estudos focalizados na produção, circulação e consumo específicos em cada margem do atlântico, além de reflexões sobre manufaturas e ressignificações no mercado de arte, resultando num grande aprimoramento da compreensão sobre as relações sociais e econômicas envolvidas no comércio das presas de elefantes (Santos, 2017, 2023; Soares, 2017; Santos; Paiva; Gomes, 2018; Horta; Almeida; Mark, 2021; Alves, 2022)³.

Como será debatido na sequência, a cera não foi só um produto de alta importância nas exportações portuguesas de Angola, mas também entender a sua produção e circulação dentro do continente nos ajuda a aprimorar a compreensão sobre comércio de escravos e de marfim nos seus circuitos internos e atlânticos, já que com

² Apesar de ser prática econômica generalizada no comércio euro-africano, o desinteresse da historiografia pela produção e comércio de cera também ocorre para outras partes da África Atlântica, como apontado por Michael W. Tuck (2012) para a Senegâmbia. Não sendo fato desconhecido, o comércio atlântico de cera mereceu pouquíssimos estudos de forma específica, sendo raramente estudados as técnicas e os agentes responsáveis pela sua produção e circulação em cada contexto espacial e temporal.

³ Boa parte dessa renovação veio principalmente por atuação direta de pesquisadores envolvidos com o projeto "Marfins Africanos no Mundo Atlântico: Uma Reavaliação dos Marfins Luso-Africanos", decorrido entre 2016 e 2019, que foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e sediado no Centro de História da Universidade de Lisboa, contando com equipe brasileira sediada na Universidade Federal de Minas Gerais. Entre os resultados desse projeto estão a criação de uma rede de pesquisadores internacional e multidisciplinar, a African Ivory Research Network, além da publicação de coletâneas supracitadas, resultantes dos congressos organizados pelo projeto. Para mais, ver: <https://africanivoriesul.wordpress.com/>. Acesso em 14/06/2023.



frequência os agentes envolvidos e as caravanas pelas quais circulavam (ou eram circuladas) tais mercadorias (e pessoas) eram os mesmos. Além disso, compreender melhor a produção e circulação de cera no interior de Angola, ajuda a repensar sobre as transformações desses três setores em conjunto após a proibição do tráfico escravista, mostrando como essa mercadoria extrativa podia servir como complementação de investimentos dos agentes sertanejos e africanos, além de ter aberto oportunidades de participação direta no comércio atlântico para mercadores de menor cabedal, na maior parte africanos nascidos fora da colônia portuguesa, que iniciaram um processo crescente de expansão comercial, que acabaria por mexer profundamente com as bases dos sistemas políticos e econômicos do interior da África Centro-Occidental (Henriques, 2004; Heywood, 2009, p. 1–30).

De qualquer forma, a cera foi sim um produto de alta importância nas exportações da colônia portuguesa, já justificando em si a relevância de novas contribuições para o entendimento do seu comércio. Desde os primeiros séculos da colonização portuguesa, a cera teve seu consumo intensificado no interior de Angola por causa da expansão do catolicismo, generalizando a prática do uso de velas, principalmente em rituais fúnebres – prática essa inclusive ultrapassou as fronteiras da fé cristã, sendo adotada também por populações autóctones em outros tipos de cerimônias rituais⁴. No entanto, a principal mudança nesse comércio em Angola esteve ligada ao aumento da demanda internacional no século XVIII, após o esgotamento da produção de mel e cera no Brasil entre os séculos XVI e XVII, servindo de complementação aos lucros dos negreiros, que aproveitaram o aumento do mercado consumidor brasileiro de cera com o ciclo da mineração (Vellut, 1979, p. 97–100).

Pistas da importância relativa dessa atividade para a colonização portuguesa em Angola aparecem nos dados de exportação da alfândega de Luanda para o final do século XVIII. Neste contexto, o governo regulava a exportação de cera para manter a

⁴ Uma comparação interessante sobre o impacto do consumo local induzido pela expansão do catolicismo e da interferência colonial seria com o comércio de cera nas margens do rio Gâmbia, que cresceu em importância com a expansão do comércio atlântico, mas que, ao longo dos séculos, não resultou na criação de um consumo interno pelos povos africanos, mantendo-se como um subproduto da extração de mel que não tinha utilidade senão a de vender para os mercadores do Atlântico (Tuck, 2012, p. 290-297).



proporção de dois terços de cera branca, mais valiosa, para um terço de cera amarela, que como falaremos na sequência, era mais comum na região de Luanda. Os valores unitários da libra da cera⁵ por tipologia eram de 300 réis para a cera amarela, e de 250 réis para a cera branca. Esses dados podem ser observados na Tabela 1:

Tabela 1 – Exportações de Cera em Angola de 1785 a 1797, em quantidade e valor

Ano	Quantidade de Cera Exportada (em libras)	Valor da exportação (em réis)
1785	203.425	
1786	180.914	
1787	175.860	
1788	204.722	
1789	210.526	
1790	190.819	
1791	226.753	
1792	226.644	
1793	777.693	
1794	156.493	
1785-1794	2.553.849	723:590\$550
1795	153.013,5	
1796	207.100,5	
1797	222.525,5	
1795-1797	582.639,5	165:081\$175
Total	3.136.488,5	888:671\$725

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB). Col. IHGB DL794,28; DL100,07.

Agora, para pensarmos na importância relativa da exportação da cera para economia colonial angolana como um todo, podem ser usados os mesmos mapas da alfândega que, além de detalharem a chegada um enorme conjunto de produtos importados, registram também as exportações de escravos e marfim. Se usarmos os dados dos mesmos dois mapas (um referente ao período de 1785 a 1794, e o outro cobrindo as exportações entre 1795 e 1797), podemos comparar os valores em réis das exportações das três mercadorias para o mesmo período, calculando uma média de rendimentos anuais de cada período, teremos a seguinte tabela:

⁵ Cada libra equivale a aproximadamente 0,45 quilogramas.



Tabela 2 – Valores das Exportações de Cera em Angola no final do século XVIII, em comparação com as de Escravos e Marfim

Produto	Valor da exportação por período (em réis)				Valor Total da exportação
	1785-1794		1795-1797		
	Total	Média Anual	Total	Média Anual	
Escravos	5.458.659.900	545.865.990	1.893.064.000	631.021.333,3	7.351.723.900
Cera	723.590.550	72.359.055	165.081.175	55.027.058,3	888.671.725
Marfim	43.538.818	4.353.881,8	30.413.200	10.137.733,3	73.952.018
Total	6.225.789.268	622.578.926,8	2.088.558.375	696.186.125	8.314.347.643

Fonte: IHGB. Col. IHGB DL794,28; DL100,07.

Mesmo que a tabela registre uma já esperada predominância absoluta do tráfico de escravos como atividade mais fundamental da colônia de Angola, cabe aqui algumas considerações sobre números. O mais evidente, levando em conta a temática dessa comunicação, é o fato de que a cera de abelha já se configurava como importante produto de exportação em Angola em um período de auge do tráfico escravista, dando um rendimento anual médio de mais de 16 vezes o do o terceiro principal produto de exportação na década entre 1785 e 1794 e, mesmo que essa diferença tenha diminuído consideravelmente nos três anos que se seguiram, ainda correspondia a mais de cinco vezes do rendimento das exportações de marfim⁶. No recorte geral do período coberto pelos dois mapas da alfândega de Luanda, as exportações de cera corresponderam a um pouco mais de 10% dos valores exportados na colônia, um número considerável, mesmo que muito inferior aos mais de 88% do tráfico negroiro⁷.

Sendo usada de complementação dos lucros do tráfico, e consumida, como será comentado na sequência, em grande quantidade tanto na América Portuguesa, quanto em Portugal, a produção e transporte da cera pelo interior se dava em territórios de domínio de chefias africanas – avassaladas ou não – e os mecanismos de coleta, venda e circulação deste produto no comércio sertanejo serão os pontos da sessão seguinte desse texto. A importância econômica e social dessa enorme produção extrativa, pode, por

⁶ Sobre os números da exportação de marfim em Angola e os efeitos das mudanças de regulação dos contratos para o monopólio régio instalado nesse contexto, ver (ALVES, 2021, 2022).

⁷ Para esse recorte temporal, que se inscreve no período entre o alvará pombalino de 1761 – que proibiu o tráfico de escravos para o Reino – e a independência do Brasil em 1822, uma outra importância da cera e do marfim a nível imperial que não está discutida aqui é a quase exclusividade dessa mercadoria e do marfim nas exportações diretas de Angola para Portugal, que serve para reduzir um pouco o déficit comercial brutal da balança entre Angola e Portugal, que era compensado com o uso de letras a serem descontadas nas praças comerciais brasileiras, conforme discutido em (Menz, 2012, p. 192-209).



fim, também ser demonstrada por uma estimativa feita por Miller (1988, p. 114), que tem como hipótese de que entre 10.000 e 15.000 pessoas em Angola eram envolvidas com a produção da cera de abelha para exportação nesse período do final do século XVIII, o que correspondia a cerca de 0,1% da população total da região; mas que, como ocorria em áreas de baixa densidade demográfica, poderia chegar a envolver algo como 10% da população local, principalmente homens adultos, sem contar aqueles que eram necessários para o posterior transporte da cera pelas caravanas para o litoral.

A Cera no Comércio Sertanejo

Em Angola, durante a colonização portuguesa, o mel e a cera eram majoritariamente coletados em colmeias selvagens ou armadas no meio da floresta em territórios que, como já foi dito, estavam fora do domínio direto português. Eram realizadas duas colheitas ao ano, a maior em janeiro e fevereiro, e uma menor em junho, nas quais grupos de coletores, formados por 10 a 20 homens, iam para as colmeias selvagens, ou montadas artificialmente, para retirar os favos. Há vários relatos de observadores europeus de que a localização das colmeias selvagens era geralmente feita pelos grupos utilizando como guia um pássaro, chamado no Planalto Central como ongilla ou ossole, o pássaro do mel (*Cucus indicator*), que procurava se alimentar dos produtos das abelhas (Vellut, 1979, p. 95–97; Henriques, 2003, p. 16–23; Silva Porto, 1860-1862, p. 243). Mesmo que os europeus geralmente recriminassem práticas como essas, que eram fundamentais na produção de cera pelos africanos, por entenderem elas como irracionais e selvagens, a base dessa produção, a partir de técnicas de exploração extensiva de centenas de colmeias (naturais e artificiais) espalhadas pelos matos, demonstrou grande resiliência econômica e ambiental por parte da produção angolana diante da expansão da demanda atlântica. No caso do mel, outro produto buscado por essas comitivas, para além da alimentação, este também era usado localmente para a produção de bebidas alcoólicas, para consumo pessoal e para grandes festivais sazonais, sendo essas algumas das principais bebidas alcoólicas consumidas no interior até a generalização do consumo de bebidas vindas do atlântico, como a aguardente do Brasil (Vellut, 1979, p. 105; Curto, 2011, p. 53–55; Silva Porto, 1846-1854, p. 262-264).



Após serem coletados os favos, o material passava por refino em dois momentos distintos. No interior do continente, fazia-se um primeiro refino da cera a partir do material recém-colhido, formando os pães de cera – blocos nos quais a cera era solidificada para ser carregada nas caravanas. Em um segundo momento, no entanto, seja ao chegar na casa comercial em um porto colonial português, seja ao chegar no estabelecimento de um sertanejo que posteriormente venderá esse material para seus parceiros do comércio atlântico, os pães eram novamente derretidos para um segundo refino, para a partir de então produzir pães de tamanhos e pesos padronizados (60 libras), que seriam vendidos para exportação. O controle quase total dos coletores africanos sobre o primeiro refino causava grande ansiedade e desconfiança dos negociantes atlânticos que compravam os pães, geralmente reclamando de adulterações que os seus parceiros locais faziam ao adicionar areia, farinha ou outras impurezas para aumentar o peso dos pães originais, que não podiam ser medidos na hora da compra, já que era crime no sistema jurídico local romper ao meio um pão de cera, ou mesmo acusar alguém de ser ladrão (Silva Porto, 1866-1868, p. 263-264; 1854-1862, p. 342).

Tais pães de cera tinham um baixo valor unitário. Se por um lado isso resultava em um menor interesse dos grandes sertanejos em utilizar os seus investimentos com esse tipo de mercadoria, em oposição aos escravos ou, após a proibição do tráfico, ao marfim, o valor reduzido da cera tornava ela mais acessível aos negociantes africanos (e sertanejos de menor cabedal), que não contavam com investimentos dos grandes traficantes portugueses. Esses negociantes africanos, chamados de pombeiros, podiam circular com maior liberdade no interior, fazendo viagens mais curtas com caravanas menores e mais ágeis, ou mesmo, quando viajavam contratados por algum sertanejo, podiam utilizar a parte que lhes cabia nos seus ganhos da viagem comprando cera nas povoações do leste de Angola, no meio do caminho para o Alto Zambeze (Oppen, 1994, p. 65–66; Vellut, 1979, p. 103–105; Gonçalves, 2021, p. 157–162, 175–176).

Como já foi discutido quando abordamos os dados da alfândega de Luanda, havia dois tipos de cera para exportação: a cera branca e a cera amarela. Como já foi dito também, a cera branca era mais valiosa, sendo comum em Pungo Andongo e no Ndongo, assim como no Leste de Angola. No entanto, no século XIX, ampliou-se muito



a produção de cera amarela pelos chokwe, aumentando a diferença de preço entre as duas variedades ao encher o mercado luandense com a modalidade amarela. Conseqüentemente, a cera branca vinda pelo Planalto Central teve uma valorização comparativa (Silva Porto, 1863-1866, p. 360; Vellut, 1979, p. 102–103)⁸.

Comércio Lícito

A principal transformação desse setor comercial, no entanto, foi induzida pela demanda externa. Para além do já comentado aumento relativo da importância da cera angolana dentro do consumo do Império Português durante o setecentos, entre as décadas de 1810 e 1830 houve expansão ágil das dimensões da exportação de cera angolana para o Brasil, acompanhando o auge do tráfico, mas, na década de 40, no entanto, Portugal é que se tornaria o principal mercado da cera angolana. Na Península, onde havia produção tradicional de cera e mel, houve nessa época uma crise de esgotamento das colmeias e a cera angolana foi responsável por alimentar a demanda interna do império e a posição de Portugal enquanto exportador de cera nos mercados europeus (Vellut, 1979, p. 101–102).

Essa expansão do setor ganharia outra escala a partir da proibição portuguesa do tráfico atlântico de escravos em 1836. Depois de um impacto inicial de grande baixa dos valores de exportação de Angola com tal proibição, no final dos anos 1840 as exportações de Angola subiram gradualmente e sofreram uma ágil expansão nas duas décadas que se seguiram, como resultado dos novos investimentos capitaneados pelos grandes negociantes da colônia, profundamente envolvidos com o tráfico ilegal. Assim, nos números oficiais, que evidentemente não incluem o fragoroso contrabando que seguiu ocorrendo para Brasil e Cuba até o início dos anos 1860, o total das exportações de Angola pularam de 680 contos de réis, em 1847, para 1.880 contos de réis, vinte anos depois, chegando a um ápice de 2.671 contos de réis em 1874 (Dias, 1998, p. 379).

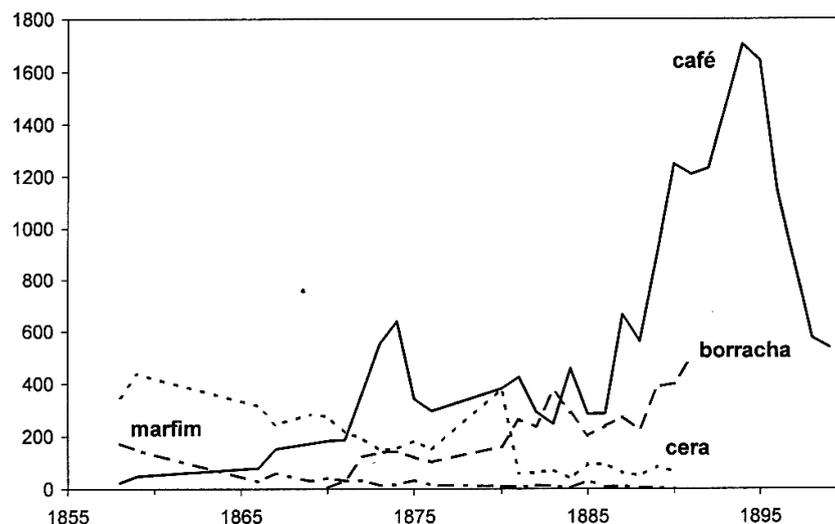
⁸ Em texto da década de 1980, Miller (1983, p. 154–155) afirmou que a maioria da cera e do marfim exportados em Benguela nos anos 1850 vieram da expansão do comércio dos chokwe com o Planalto Central. Apesar de haver evidências de caravanas dos chokwe trazendo cera para o Bié nesse contexto (Silva Porto, 1854-1862, p. 346-347, 365), nessa afirmação o autor desconsidera as rotas que os próprios sertanejos do Bié faziam para a região do Barotse, passando pelos territórios dos produtores de cera no Leste de Angola. A falta de ênfase do autor sobre esse outro circuito mercantil inclusive se evidencia com a ausência da própria representação gráfica dessas rotas no mapa que utiliza nesse trecho do texto.



A cera que, como já dissemos, já era o segundo produto de exportação da colônia durante a vigência do tráfico legal, também segue essa tendência de expansão em volume a partir da década de 1840. Assim, a média anual de exportações de cera em navios portugueses a partir dessa colônia entre 1820 e 1833 vai de 124.950 quilogramas, para serem vendidos 773.452 quilogramas em 1857, chegando a 915.000 quilogramas na média anual do período entre 1870 e 1872 (Henriques, 1997, p. 557)⁹.

Se formos comparar os rendimentos das exportações de cera com as outras mercadorias principais exportadas em Luanda, em contos de réis, teremos para a segunda metade do século XIX o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Valores (em contos de réis) das Exportações de Marfim, Cera, Borracha e Café em Luanda



Retirado de: Dias, 1998, p. 380.

⁹ Para ordem de comparação com os dados compilados anteriormente nas tabelas para as décadas finais do século XVIII, utilizando a taxa de conversão de libras para quilogramas indicada anteriormente, a exportação anual naquele período variou de uma máxima de 349.961,85 Kg, em 1793, à mínima de 68.856,07 Kg, em 1795. Tal comparação não é completamente precisa, pois todos esses dados compilados a partir do trabalho de Isabel Castro Henriques são referentes às exportações dos portos de Luanda e de Benguela somadas, enquanto o conteúdo das tabelas 1 e 2 desse texto são referentes somente à alfândega de Luanda. Não consegui dados suficientes para produzir uma série sobre as exportações de Benguela para o período do final do Setecentos, tendo somente, para ordem de grandeza, os dados de exportação de um mapa referente ao ano de 1796, no qual foram exportados de Benguela com destino ao Brasil 80.697,5 libras de cera (aproximadamente 36.313,87 Kg), com um rendimento de 1.008\$718 réis – assim, vale ressaltar que nesse mesmo ano, de acordo com a tabela 1, foram exportadas de Luanda 207.100,5 libras de cera (aproximadamente 93.195,22 Kg). IHGB. Col. IHGB DL 81,02.28.



Como pode-se observar, nos números oficiais para tal série, que se inicia no ano de 1858 (a partir dos mapas estatísticos de exportações coloniais publicados no Boletim Oficial do Governo da Província de Angola, entre 1858 e 1896), nas décadas que se seguiram à proibição do tráfico a cera tornou-se o principal produto de exportação de Angola, sendo superada somente no início da década de 1870 pelo café, mas se mantendo com grande relevância por toda essa década, quando perdeu importância relativa a partir dos anos 1880 com a expansão da produção de borracha e de café na colônia. Mesmo assim, Angola foi um dos principais produtores mundiais de cera até meados do século XX (Vellut, 1979, p. 101–102).

Em Benguela, cujo principal produto de exportação para o Atlântico em meados do século também era a cera (Santos, 1998, p. 11–12; Candido 2008), a atuação dos sertanejos residentes no reino do Bié resultou na criação de uma série de acordos diplomáticos entre as chefias do caminho entre o Planalto e o litoral, levando à consolidação de uma rota segura e estável passando sob proteção do soba do Mbailundo, antigo rival do soberano do Bié (Gonçalves, 2020, p. 225–227). Uma das consequências desse esforço de pacificação dos sertanejos foi a abertura para a vinda de mercadores africanos do leste de Angola a partir de suas próprias caravanas, seja para levar cera aos estabelecimentos de sertanejos no Bié ou nas proximidades do presídio de Caconda, seja para realizarem viagem direta para Benguela. Como registra um observador da década de 1860, quase todos os meses chegavam na cidade caravanas comandadas por negociantes africanos, trazendo majoritariamente cera, para além daquelas comandadas por pombeiros a serviço de sertanejos do Bié (Gonçalves, 2021, p. 128–129; Candido 2008, p. 73-74).

A cera que chegava em Benguela, como já foi comentado anteriormente, não provinha só diretamente da região leste. Há relatos de já na década de 1860, um sertanejo português residente no Bié, António da Silva Porto, ser visitado no seu estabelecimento no Planalto Central por caravanas chokwe vendendo cera que, apesar de ter menor valor por ser a amarela, foi elogiada pelo sertanejo pela pureza do carregamento. Em ocasião posterior, o dito sertanejo comenta que, após retornar de viagem do Barotse, tanto a cera que este tinha comprado, quanto a que foi comprada por



seus pombeiros, era de cor amarela, confirmando tratar-se da variedade proveniente da terra dos chokwe. Isso sugere que tais agentes devem ter se encontrado no meio da viagem com negociantes do norte, chegando a comprar desta modalidade no lugar (ou para além) da cera produzida localmente naqueles territórios do leste de Angola, mesmo considerando o menor valor da cera amarela no litoral (Silva Porto, 1854-1862, p. 346-347, 365; 1863-1866, p. 360).

O ponto aqui é que o comércio dos chokwe alcançava ambos os circuitos, e não há, portanto, identificação simples entre a cera que circulava entre o Planalto Central e Benguela como sendo necessariamente vinda do leste de Angola, ou da cera dos chokwe sendo escoada somente via Kwanza até Luanda. Jill Dias (1998, p. 402–403) alega que, junto dos luchazis e luales, os chokwe se transformaram nos maiores exportadores de marfim e cera para a colônia portuguesa em meados do século, mas, como já disse antes em nota, faltaria uma maior precisão na comparação das proveniências dos diferentes tipos de cera para melhor mensurar a importância relativa de cada produtor. Uma pista poderia ser percebida no caso dos dados de alfândega na documentação primária para o século XIX (que não foram acessados diretamente por essa pesquisa) mostrarem alguma informação quanto à cor da cera, como ocorre nos mapas do fim do século XVIII.

Para as grandes caravanas sertanejas, no entanto, a cera não era a prioridade das permutações. O valor individual do pão de cera era muito baixo e não compensava todos os gastos das viagens mais longas, com mais trabalhadores para serem pagos e maior demora de retorno. Em busca de utilizar a maior fração possível da capacidade da caravana com presas de marfim, os sertanejos aproveitavam de interlocuções diretas com soberanos africanos que detinham monopólio sobre a posse e venda das presas de elefantes e assim asseguravam uma maior taxa de lucro de acordo com o melhor aproveitamento das permutas de marfim. Assim, após essa permuta principal, estes negociantes procuravam complementar os ganhos trocando os tecidos, bebidas e armas que sobrassem na caravana por cera (Santos, 1998, p. 234–235; Gonçalves, 2021, p. 171–177). Por outro lado, era exatamente esse preço individual baixo, paradoxalmente, a característica que tornava a cera mais atrativa para as pequenas caravanas africanas,



menores e mais ágeis, que não contavam com volumoso investimento inicial como era o caso dos sertanejos. Esse padrão de interesses era mantido pelos pombeiros que viajavam juntos aos sertanejos, o que causava grandes contendas pelo fato desses parceiros africanos optarem, por preferência e necessidade, por utilizar seus recursos emprestados pelos sertanejos para comprarem cera e escravos, que davam menor retorno ao sertanejo que os contratara (Gonçalves, 2021, p. 222–227).

O efeito global dessa “complementação” foi que, por diversos meios, chegavam toneladas de cera nos portos atlânticos, em quantidade impressionante tanto em volume quanto em valor. Portanto, não era só uma questão de já existir uma demanda e uma produção no período anterior à proibição do tráfico que explica esses números: a hipótese que aventamos aqui é que essa característica muito própria da cera enquanto comércio de complementação dos principais ramos de negócios no Planalto, inicialmente do tráfico escravista e depois do comércio de marfim, fez com que grandes volumes de cera fossem acessíveis tanto para os pequenos negociantes, principalmente africanos, fossem eles pombeiros ou viajantes mais autônomos, quanto fossem úteis para ampliar as margens de ganho dos grandes negociantes sertanejos. Com o envolvimento simultâneo de ambas as partes, o resultado prático é mais expressivo do que o próprio comércio de marfim, pelo menos até a consolidação das duas grandes atividades coloniais angolanas da segunda metade do século XIX, o café e a borracha.

Conclusão

Essa comunicação não trouxe muitas informações inéditas – com exceção da sistematização dos dados da alfândega de Luanda para os finais do século XVIII e os relatos de meados do século XIX sobre a circulação da cera nas caravanas do interior do continente, maior parte do que foi discutido aqui foi retirado de textos clássicos sobre a temática da passagem para o comércio lícito. Curiosamente, no entanto, uma certa periferação da temática da coleta de cera pode ter derivado do seu próprio atributo enquanto comércio complementar a outras atividades mercantis, mesmo que os dados empíricos revelem uma evidente centralidade dessa atividade para a compreensão da



economia colonial angolana, ao menos a nível local – o que não vale só para o Oitocentos.

Muitas questões permanecem abertas sobre a história desse comércio e não poderão ser respondidas sem que sejam realizados um volume de novos estudos focalizados na atividade dos apicultores e caravaneiros, por diferentes escalas e com diferentes recortes regionais. Só assim poderemos compreender melhor quais foram os impactos da produção e circulação de cera no interior de Angola, e dos seus aumentos vertiginosos na fase do comércio lícito: houve especialização em certas regiões para venderem a cera coletada localmente para as caravanas, ou os moradores das áreas ricas em colmeias preferiram fazer as próprias caravanas para levar tais cargas mais rapidamente para o litoral? Qual foi o lugar social dos grupos de coletores e dos comerciantes caravaneiros de cera em suas comunidades de origem? Esses dois grupos eram formados pelos mesmos agentes, como foi o caso dos chokwe na Lunda (Dias, 2003; Henriques, 2004)?

Uma das maiores questões que ainda não se responderam sobre o assunto, foi qual o impacto político e social na região do Planalto e do Leste de Angola da expansão um comércio mais pulverizado, que teoricamente permitiria um grupo maior de sujeitos, para além das elites governantes, a terem acesso às mercadorias trazidas pelo Atlântico. Após a década de 1870, o *boom* da produção de borracha também permitiu esse padrão mais retalhista de coleta e transporte, levando a um volume inaudito do comércio caravaneiro e a profundas transformações políticas com a criação de novas elites econômicas e a diminuição do poder dos antigos detentores do poder, lesados de seus mecanismos de manutenção de patronagem (Heywood, 2009, p. 1–30). Algo nesse sentido já poderia ter começado a acontecer nas décadas anteriores com a cera?¹⁰ Para além dos impactos políticos e sociais, quais os impactos ecológicos a nível regional de uma expansão tão rápida e intensa de uma atividade basicamente extrativa? As áreas de

¹⁰ Cabe aqui novamente pensarmos em comparação com a Senegâmbia. Enquanto estudos clássicos apontaram crises políticas ligadas ao acesso de novos sujeitos às riquezas da participação mais direta no comércio atlântico após a expansão atividades agrícolas como a produção de amendoim e óleo de palma, o comércio de cera também parece ter tido consequências profundas para a política de povos descentralizados da região do Gâmbia ao longo dos séculos de expansão do escravismo (Tuck, 2012, p. 287-288, 299-303).



extração permaneceram as mesmas ao longo do período? Relacionado a esse possível impacto, houve transformações nos circuitos e na importância relativa de determinadas localidades e povos do Leste de Angola para encher os portos lusitanos dos produtos da apicultura?

Por muito tempo a historiografia especializada em Angola apostou num suposto aspecto anárquico e anômico para a região leste de Angola, mesmo que haja fontes de viajantes e comerciantes europeus que tiveram contato direto e duradouro com alguns desses povos pelo menos desde meados dos Oitocentos que contradizem esse estereótipo. Faltam assim estudos monográficos para a região, ainda mais para o século XIX e períodos anteriores, que trariam, a partir de fontes como essas, contribuições para a melhor compreensão dessa área, que podem tornar mais complexos e profundos os estudos sobre história colonial de Angola. Tais estudos auxiliariam, afinal, a entender melhor o comércio do que foi um dos principais produtos de exportação portuguesa na região pelo menos desde o século XVIII; e, como foi exposto ao longo desse texto, isso também ajudaria a compreender melhor o próprio comércio sertanejo de outras mercadorias fundamentais para a história angolana, como os escravos e o marfim, que estavam diretamente ligados no seu cotidiano à produção e circulação da cera.

Pretendo lidar com algumas dessas questões no futuro, com o avanço de minha pesquisa de doutorado, que estuda o comércio sertanejo da região do Planalto Central ao longo do século XIX, cobrindo o antes e o depois das principais transformações comerciais da economia da região – o auge do tráfico, sua proibição legal, a expansão do comércio de marfim e o *boom* da borracha. Nesse texto específico, pude lidar com a hipótese de Miller sobre a importância da existência anterior do comércio de cera e marfim para a expansão destes após a valorização estratégica dessas atividades na fase do comércio lícito. Como procurei argumentar, no caso da cera, não se tratou meramente de uma continuidade, mas a sua expansão parece ter sido diretamente ligada à capacidade de tal mercadoria servir de complementação dos ganhos nas viagens em busca de marfim e de ter se tornado mais acessível com a abertura de rotas para o próprio comércio de iniciativa africana.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rogéria. C. Entre contratos e monopólio: Os mecanismos legais de funcionamento do comércio de marfim in natura a partir da costa angolana (século XVIII). In: HORTA, José da S.; ALMEIDA, Carlos; MARK, Peter (Eds.). *African Ivories in the Atlantic World, 1400-1900 - Marfins Africanos no Mundo Atlântico, 1400-1900*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021.

_____. *No rastro do Marfim: o comércio e a circulação do marfim africano no mundo atlântico (Século XVIII)*. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.

ARAUJO, Ana L. Did Rodney Get It Wrong? Europe Underdeveloped Africa but Enslaved People Were Not Always Purchased with Rubbish. *African Economic History*, v. 50, n. 2, p. 22–32, 2022.

CANDIDO, Mariana P. Trade, Slavery, and Migration in the Interior of Benguela: The Case of Caconda, 1830-1870. Em: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim V. (Eds.). *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History - Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*. Frankfurt: Lembeck, 2008. p. 63–84.

_____. *An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013.

_____. *Wealth, Land, and Property in Angola - a History of Dispossession, Slavery, and Inequality*. New York: Cambridge University Press, 2022.

CORRÊA, Carolina P. Um Reino em Arquipélago: reflexões sobre a organização geopolítica de Angola no século XIX. *Historiae*, v. 10, n. 2, p. 33–66, 2019.

CURTIN, Philip D. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1975.

CURTO, José C. *Enslaving Spirits: The Portuguese-Brazilian Alcohol Trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550-1830*. Leiden - Boston: Brill, 2004.

_____. Alcohol under the Context of the Atlantic Slave Trade: The Case of Benguela and its Hinterland (Angola). *Cahier d'Études Africaines*, v. 51, n. 201, p. 51–85, 2011.

DIAS, Jill R. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill R. (Eds.). *O Império africano: 1825-1890*. Nova História da Expansão Portuguesa - volume X. Lisboa: Estampa, 1998. p. 319–556.

_____. Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros: Os Cokwe em perspectiva histórica. In: *A Antropologia dos Tshokwe e povos aparentados - Colóquio em*



homenagem a Marie-Louise Bastin (Porto, 1999). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. p. 17–48.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. (Eds.). *Extending The Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven: Yale University Press, 2008.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (Eds.). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 339–378.

_____. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*. Luanda: Kilombelombe, 2012.

_____. Abolicionismo versus Colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). *Mulemba*, v. 4, n. 8, 2014. p. 101–126.

FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola, 1850-1880*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 741–757, 2006.

GONÇALVES, Ivan S. Às Margens do Império, por dentro dos sobados: Estratégias comerciais de sertanejos e centro-africanos no Planalto Central Angolano (décadas de 1840 a 1860). *Faces de Clio*, v. 6, p. 191–222, 2020.

_____. *Comércio, política e trabalho nos sertões de Angola: sertanejos e centro-africanos nas páginas de António da Silva Porto, (1841-1869)*. Mestrado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

_____. As redes do Atlântico Sul no interior de Angola: sertanejos e sobas na Era do Comércio Lícito (1840-1869). In: XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 9a Conferência Internacional de História Econômica. *Anais do XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 9a Conferência Internacional de História Econômica*. Campinas, 2023.

GRAY, Richard; BIRMINGHAM, David (Eds.). *Pre-Colonial African Trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*. London: Oxford University Press, 1970.

GREEN, Toby. *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.



HENRIQUES, Isabel C. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

_____. *O Pássaro do Mel - Estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

_____. Comércio e empresários em Angola na 2^a. Metade do século XIX. In: *Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV - XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004. p. 393–413.

HEYWOOD, Linda M. *Contested power in Angola: 1840s to the present*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2009.

HOGENDORN, Jan S.; JOHNSON, Marion. *The Shell Money of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HORTA, José da S.; ALMEIDA, Carlos; MARK, Peter (Eds.). *African Ivories in the Atlantic World, 1400-1900 - Marfins Africanos no Mundo Atlântico, 1400-1900*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021.

KOBAYASHI, Kazuo. *Indian Cotton Textiles in West Africa: African Agency, Consumer Demand and the Making of the Global Economy, 1750–1850*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

KRIGER, Colleen E. *Making Money: Life, Death, and Early Modern Trade on Africa's Guinea Coast*. Athens: Ohio University Press, 2017.

LAW, Robin. (Ed.). *From slave trade to "legitimate" commerce: the commercial transition in nineteenth-century West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LOPES, Gustavo A.; MENZ, Maximiliano M. Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80, p. 109–134, 2019.

LOVEJOY, Paul E. *Caravans of Kola: The Hausa Kola Trade 1700–1900*. Zaria: Ahmadu Bello University Press, 1980.

MACOLA, Giacomo. *The Gun in Central Africa: a history of technology and politics*. Athens: Ohio University Press, 2016.

MALACCO, Felipe S. de O.; GONÇALVES, Ivan S. Entre Senegâmbia e Angola: comércio atlântico, protagonismo africano e dinâmicas regionais (séculos XVII e XIX). *Afro-Ásia*, v. 62, p. 41–92, 2020.



MENZ, Maximiliano M. As “geometrias” do tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*, v. 166, p. 185–222, 2012.

MILLER, Joseph C. Cokwe Trade and Conquest in the Nineteenth Century. In: GRAY, Richard; BIRMINGHAM, David. (Eds.). *Pre-Colonial African Trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*. London: Oxford University Press, 1970. p. 175–201.

_____. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone. In: BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phyllis M. (Eds.). *History of Central Africa - Volume One*. London; New York: Longman, 1983. p. 118–159.

_____. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1740-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

_____. Angola central e sul por volta de 1840. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32, n. Rio de Janeiro, p. 7–54, 1997.

OLIVEIRA, Vanessa dos S. *Slave Trade and Abolition: gender, commerce, and economic transition in Luanda*. Madison: University of Wisconsin Press, 2021.

OPPEN, Achim. V. *Terms of Trade and Terms of Trust: The history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai*. Münster: Lit Verlag, 1994.

SANTOS, Maria E. M. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié). In: SILVA PORTO, António F. F. da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986. v. 1, p. 13–216.

_____. *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SANTOS, Telma G. *Tecidos europeus e asiáticos nas rotas portuguesas do tráfico de escravizados africanos centro-ocidentais para a Bahia entre os anos de 1695-1750*. Tese de Doutorado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020.

SANTOS, Vanicléia S. (Org.). *O Marfim no Mundo Moderno: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2017.

_____. (Org.). *Marfins africanos como insígnias de poder: contextos de produção e usos dentro e fora da África*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

_____.; PAIVA, Eduardo F.; GOMES, René L. (Orgs.). *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clío Gestão Cultural e Editora, 2018.



SILVA PORTO, António F. F. da. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 1º Volume, 1846-1854. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1235.

_____. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 2º Volume, 1854-1862. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1236.

_____. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 3º Volume, 1863-1866. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1237.

_____. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 4º Volume, 1866-1868. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 1239.

_____. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 2º Volume, 1860-1862. Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. 2-C-6.

SOARES, Mariza de C. “Por conto e peso”: o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV - XVII. *Anais do Museu Paulista*, v. 25, n. 1, p. 59–86, abr. 2017.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *A History of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

TUCK, Michael W. Everyday Commodities, the Rivers of Guinea, and the Atlantic World: The Beeswax Export Trade, c.1450–c.1800. In: GREEN, Toby (Ed.). *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 285–303

VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1966.

_____. Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845. *The Journal of African History*, v. 46, n. 1, p. 1–27, 2005.

VELLUT, Jean-Luc. Diversification de l'économie de cueillette: miel et cire dans les sociétés de la forêt claire d'Afrique centrale (c. 1750-1950). *African Economic History*, v. 7, p. 93–112, 1979.

WISSENBACH, Maria C. C. As Feitorias de Urzela e o Tráfico de Escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os Negócios da África Centro-Occidental na década de 1840. *Afro-Ásia*, v. 43, p. 43–90, 2011.